

RESOLUÇÃO Nº 08/2003
(Publicada no Diário Oficial de 06/08/2003)

Alterada pelas Resoluções nºs 09/04 e 06/07.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE LTDA.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à indústria INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE LTDA., localizada no município de Dias d'Ávila, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido - fixa em 85% (oitenta e cinco por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE LTDA., nas operações de saídas de pisos e revestimentos cerâmicos, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado a partir do início das suas operações comerciais;

Nota: A redação atual do inciso "I" do art. 1º foi dada pela Resolução nº 06 de 06/09/07, DOE de 19/09/07, efeitos a partir de 19/09/07.

Redação original, efeitos até 18/09/07:

"I - Crédito Presumido - fixa em 75% (setenta e cinco por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE LTDA., nas operações de saídas de pisos e revestimentos cerâmicos, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado a partir do início das suas operações comerciais;"

II - Diferimento - do lançamento e do pagamento do ICMS, pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado.

Art. 2º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a abril de 2002.

Nota: A redação atual do art. 3º foi dada pela Resolução nº 09, de 23/04/04, DOE de 28/04/04, efeitos a partir de 28/04/04.

Redação original, efeitos até 27/04/04:

"Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação."

Sala de Sessões, 31 de julho de 2003.

OTTO ALENCAR
Presidente